

Prefácio

Esta obra reúne um conjunto de textos produzidos a partir de três ciclos de conferências intitulados “Manuscritos de Alcobaça”, que tiveram lugar no Mosteiro de Alcobaça e que resultaram de uma iniciativa conjunta da Direção Geral do Património Cultural / Mosteiro de Alcobaça e do Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Este ciclo, que decorreu entre 2017 e 2019, e que se concretizou num total de 28 conferências, teve como principal objetivo divulgar e familiarizar públicos com os códices de Alcobaça, um património único que, embora, atualmente, esteja sob a tutela da Biblioteca Nacional, durante séculos pertenceu à comunidade monástica alcobacense. Contou com os contributos de um conjunto de professores e investigadores, portugueses e espanhóis, especialistas nos mais diversos campos do saber, desde a História, à História da Arte e à História da Música, passando pela Conservação e Restauro e pelo estudo químico da cor das iluminuras.

Embora cada ciclo de conferências tivesse um tema condutor – o primeiro, de 2017, foi dedicado, no geral, aos manuscritos de Alcobaça, o de 2018 à materialidade (temas e problemas) e o último, ocorrido em 2019, à música e liturgia –, procurou-se sempre apresentar o tema central – o livro manuscrito – de forma contextualizada, desde a sua origem, aos usos e às circulações, à sua preservação nos dias de hoje e ao confronto com a documentação produzida pelo cartório. O leque cronológico que esta iniciativa abarcou vai desde os testemunhos manuscritos dos inícios do *scriptorium*, nos finais do século XII, ao século XVIII, e compreendeu vários tipos de textos: a Bíblia, livros litúrgicos, textos jurídicos e o discurso das *auctoritates*, não esquecendo os Livros de Horas. Em simultâneo, foram também temas de trabalho as traduções no Mosteiro de Alcobaça, as ligações deste cenóbio a outros mosteiros cistercienses, o papel de um abade especial nos destinos da comunidade, os problemas levantados pelas encadernações e pela materialidade da cor e, por fim, as potencialidades da documentação do cartório para contextualizar a vida desta importante casa monástica. De destacar que no ciclo de 2019 contámos com a presença, entre nós, de três reputados docentes e investigadores espanhóis que muito engrandeceram as conferências e o debate, uma vez que o seu contributo ajudou a construir uma perspetiva ibérica, quer a partir de problemas concretos relacionados com a liturgia cisterciense e a sua prática, quer enriquecendo o contexto com estudos de caso. Dessas três participações resultaram dois textos que aqui se publicam.

A todos os que aceitaram este desafio, o meu obrigado. Por ter sido a coordenadora científica dos ciclos de conferências, a Sr.^a Diretora do Mosteiro de Alcobaça, e amiga, Dr.^a Ana Pagará, deu-me a honra de recolher os textos, numa edição que reúne um total de doze artigos. Neste âmbito, pedi aos autores que tornassem o seu texto acessível a um tipo de público mais alargado, não exclusivamente académico, embora sem diminuir o rigor científico, quer da apresentação dos dados, quer da sua problematização.

A obra que se apresenta foi dividida em quatro partes, a primeira dedicada à questão das materialidades do códice manuscrito, a parte seguinte à

liturgia, a terceira ao Mosteiro de Alcobaça e ao seu entorno, e a última abre-se à realidade cisterciense noutros reinos ibéricos. A começar, com merecido destaque, o texto do Professor Aires Augusto Nascimento, que nas últimas quatro décadas se dedicou a estudar, sob diversas perspectivas, os códices do Mosteiro de Alcobaça e que deles tem um conhecimento único. O seu contributo versa sobre a relação da comunidade alcobacense com o livro ao longo dos séculos, desde os primórdios do *scriptorium*, nos finais do século XII, até à sua extinção. Centra-se em categorias de análise codicológica, não se esgotando na observação e descrição dos códices, e apresenta uma perspectiva integrada de leitura, onde recupera para a contemporaneidade o processo de construção do livro e o funcionamento do *scriptorium* como unidade funcional que dialoga de forma estreita com a biblioteca. A experiência do livro, para a comunidade alcobacense, é um modo de cultura e um meio privilegiado da sua transmissão, que nos revela as relações que Alcobaça tece quer com a casa mãe, Claraval, quer com o contexto envolvente.

Segue-se, então, a primeira parte, sobre os aspetos materiais do livro, que tem início com um artigo a três mãos – Catarina Miguel, Maria Luísa Carvalho e Cristina Barrocas-Dias –, dedicado às singularidades das hagiografias alcobacenses. As suas autoras, após a caracterização da paleta molecular num *corpus* de manuscritos de cariz hagiográfico, com origem em Claraval e em Alcobaça, fazem uma reflexão sobre o uso das cores nos dois *scriptoria*. Apresentados alguns dos resultados decorrentes do estudo sistemático e comparativo dos materiais e das técnicas de produção dos manuscritos referidos, as autoras acreditam ter sido possível evidenciar algumas especificidades materiais que caracterizam o modo de fazer do *scriptorium* alcobacense nos finais do século XII.

O contributo seguinte resultou da síntese das participações de Conceição Casanova em dois ciclos de conferências, 2017 e 2018, e centra-se na apresentação de novas abordagens para o estudo e a conservação da encadernação, aplicadas aos códices do Mosteiro de Alcobaça. Elemento principal de proteção de um manuscrito, é rara a encadernação que não exiba marcas de intervenção ou de restauro, havendo até alguns

casos em que se procedeu à sua substituição, com o objetivo de se recuperar a funcionalidade do códice. Estes processos implicaram o uso de técnicas invasivas que modificaram a estrutura da obra e que levaram à perda irremediável de informação histórica sobre as encadernações e sobre o percurso do próprio manuscrito. Apesar disso, as intervenções deixaram marcas que, ao serem estudadas sob uma perspetiva biográfica e arqueológica, permitem traçar a trajetória do códice e caracterizar diferentes *modus operandi*, ao longo dos séculos. Conceição Casanova aplica este exercício, a partir de uma análise sistemática aos vestígios materiais – observando aspetos como costuras e formas de empastes de nervos, produção de tranchefila e materiais e técnicas de cobertura –, a três códices da livraria do Mosteiro. É deste modo que define uma forma característica de executar as encadernações na comunidade alcobacense e em comparação com um tipo de produção característica de outros locais da Europa, em contexto medieval.

A terminar a primeira parte, o texto de Teresa Lança explica, passo a passo, o processo desenvolvido numa intervenção de conservação a um códice iluminado, um colectário do fundo de Alcobaça. Esta ação de conservação decorreu no âmbito do projeto de digitalização de todos os manuscritos da coleção de códices alcobacenses existentes na Biblioteca Nacional de Portugal: o estado de conservação do referido manuscrito não permitia a sua digitalização, pois, para além dos fólhos terem sofrido uma deformação, estavam muito frágeis na margem de pé. É desta intervenção de conservação e do processo envolvido – da estabilização física do suporte em pergaminho, para que pudesse ser digitalizado e para se obterem imagens de qualidade que permitissem a sua leitura sem recorrer ao original – que este artigo nos fala.

Com este colectário, mais exatamente com um artigo da nossa autoria sobre códices de uso litúrgico de Santa Maria de Alcobaça, entramos na segunda parte deste volume, dedicada à liturgia. O texto centra-se na análise de quatro colectários que tiveram origem no *scriptorium* do Mosteiro e foi nossa intenção refletir sobre o seu conteúdo, sobre a sua decoração iluminada e a articulação desta com o texto e, por fim, da-

tá-los e integrá-los no contexto de produção, de uso(s) e de circulação. A questão da datação é uma questão significativa e complexa, pois a necessidade de atualização litúrgica dos códices fomentou a introdução de adições ao conteúdo primitivo. O estudo dessas adições e de outras notas marginais contribui para aferir uma datação mais precisa de três destes códices litúrgicos e confirmar o longo tempo de uso dos mesmos pela comunidade. Os monges de Alcobaça tinham um especial cuidado com a atualização da liturgia, o que espelha o desejo de assimilação e de cumprimento das determinações de carácter litúrgico emanadas dos Capítulos Gerais da Ordem.

O texto seguinte, da autoria de Manuel Pedro Ferreira, é sobre uma reconstituição: as Vésperas do dia de São Bernardo. Neste, é-nos apresentado o processo e também as dificuldades envolvidas numa reconstituição litúrgica das primeiras Vésperas do dia de São Bernardo, realizada em 2016, no Mosteiro de São João de Tarouca, a partir de um conjunto de códices de uso litúrgico ligados aos Mosteiros de Alcobaça, Arouca e Lorvão. Como explica o seu autor, o facto das fórmulas melódicas simples serem diariamente usadas pelos monges e estes as memorizarem fez com estas estivessem ausentes dos antifonários; por outro lado, foi necessário encontrar soluções para a realização sonora das melodias, porque nos códices estas não têm indicações no que diz respeito à duração das notas.

Segue-se um texto sobre o Ofício de Defuntos musicado na tradição cisterciense, em Portugal, entre os séculos XIII e XVII, que pretende contribuir para um melhor conhecimento de como seriam celebrados os rituais ligados à morte entre nós. No que respeita às funções litúrgicas do Ofício de Defuntos, este encontra-se relacionado com a liturgia funerária, a qual engloba não só o ritual de morte e enterramento de um membro da comunidade, mas também a celebração diária para várias pessoas defuntas. A sua celebração diária e a sua generalização só tiveram lugar a partir de meados do século XIV, tornando-se obrigatório já após o Concílio de Trento. Para tal, Zuelma Chaves partiu do estudo e da análise de um conjunto de fontes portuguesas, inseridas em diferentes

tipologias de códices de uso litúrgico, associadas à tradição cisterciense.

Para terminar a segunda parte, um artigo a duas mãos, sobre um códice iluminado, um Ritual, com origem no *scriptorium* alcobacense, mas com um percurso que o levou até ao Mosteiro de Santa Maria de Salzedas. Este texto, para além de fazer uma síntese das informações conhecidas sobre o referido códice, pretende debater a sua representatividade na liturgia cisterciense através da análise dos seus contextos de circulação e de uso(s). Este artigo faz, de certo modo, uma ponte com a terceira parte deste livro, dedicada ao Mosteiro de Alcobaça e ao seu entorno. Nela se pretende equacionar o modo como esta comunidade monástica se entrosou com o seu tempo, com os poderes, com ventos de reforma e com outras casas monásticas, em particular as femininas.

Neste âmbito, Mário Farelo perspetiva a ligação alcobacense aos poderes instituídos, pela via da documentação pontifícia medieval, em linha com o incremento recente dos estudos sobre as práticas da escrita e da conservação documental em meio cisterciense. Espelho da relação hierárquica estabelecida entre o Papado e a comunidade, a documentação apostólica que respeita ao Mosteiro de Alcobaça encontra-se em originais, em traslados autênticos e em cópias em vários fundos documentais pertencentes à Torre do Tombo e à Biblioteca Nacional de Portugal. Tais diplomas fornecem ao investigador pistas importantes para a compreensão e contextualização da história medieval da comunidade, em particular entre a segunda metade do século XII e os finais da centúria seguinte. O seu elenco para o período medievo, que aqui se tenta pela primeira vez, suscita, sobretudo, interrogações, nomeadamente sobre o carácter de cesura que os meados do século XIII parecem constituir no processo de aquisição/conservação de bulas por parte da comunidade alcobacense.

O artigo seguinte, a duas mãos, é sobre o Mosteiro de Alcobaça ao tempo do abade Estêvão de Aguiar (1431-1446). O texto observa o percurso desta figura entre Itália e Portugal, nomeadamente a sua relação com D. Gomes Eanes, o célebre abade de Florença, e os motivos que levaram

à sua nomeação régia para abade, factos intrinsecamente relacionados com a dinastia de Avis, que à época apoiava convictamente a introdução no reino de Portugal de medidas reformistas ao nível religioso. Deve-se a Estêvão de Aguiar a introdução, no Mosteiro de Alcobaça, de um conjunto de mudanças e de novas práticas, nomeadamente ao nível da gestão e organização económica da comunidade monástica, bem como no campo da liturgia e em relação à sua biblioteca. O texto termina com uma reflexão sobre o *scriptorium* do Mosteiro durante o seu abaciado, em torno dos textos que se copiaram e dos que se traduziram para português, e sobre a ligação entre o cenóbio e a corte, em particular a biblioteca régia.

A relação do Mosteiro de Alcobaça com a comunidade cisterciense feminina de Santa Maria de Cós é o tema central do texto de Luís Miguel Rêpas. Neste artigo são abordadas as estreitas ligações entre os Mosteiros de Alcobaça e Cós: este último, até ao século XVI, não possuía recursos próprios e manteve-se na dependência direta e institucional do abade de Alcobaça, de quem recebia tudo quanto precisava para o seu funcionamento, incluindo a alimentação, o vestuário e o calçado, o que tornou esta comunidade única entre as cistercienses. Tal especificidade reflectiu-se a vários níveis, desde a organização institucional ao quotidiano conventual, bem como no apoio litúrgico.

E entramos assim na quarta e última parte, dedicada aos cistercienses de outros reinos ibéricos e composta por dois textos de especialistas espanhóis. No primeiro, Eduardo Carrero Santamaría parte dos *Ecclesiastica Officia* e da normativa cisterciense para analisar um conjunto de livros litúrgico-musicais que evidenciam modos de celebrar e praticar a liturgia de um modo particular, afastando-se da normativa. Estes códices, com variações litúrgicas próprias, estabelecem relações com os diferentes espaços arquitetónicos, específicos de cada mosteiro, e com o mobiliário litúrgico, como retábulos e pinturas, ou ainda com a presença de sepulcros reais, cujo culto introduzia alterações à prática litúrgica.

Por fim, Herbert González Zymła constrói uma narrativa a partir do estudo das fontes da biblioteca do Mosteiro de Pedra, entre os finais do século XII e o século XIX. Este mosteiro foi um centro produtor de livros, com um *scriptorium* ativo, que produziu alguns dos livros que hoje se conservam na Biblioteca Nacional de Espanha e no Arquivo Histórico Nacional, entre outras instituições e coleções privadas. Este investigador analisa os espaços arquitetónicos do mosteiro ligados ao conhecimento e, a partir da documentação, dá a conhecer alguns dos nomes dos seus monges escribas.

Julgo que este conjunto de textos representa um importante contributo para a renovação dos estudos sobre a Ordem de Cister na Península Ibérica, oferecendo-se, assim, a um público mais alargado, um panorama atual sobre as investigações mais recentes que se têm vindo a realizar a partir desta extraordinária comunidade cisterciense, que nos legou uma das maiores bibliotecas da Europa que ainda hoje se conserva.